

Maringá inicia consulta pública da concessão do Parque do Ingá e lança programa Lixo Zero

14/01/2026

Desenvolvimento Sustentável

Representantes da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest) participaram nesta terça-feira (13) do lançamento de dois projetos ambientais para Maringá. Com o apoio do Governo do Estado, o município lançou o Programa Maringá Lixo Zero, que visa reduzir a quantidade de resíduos destinada ao aterro sanitário, e abriu a consulta pública do edital de concessão de serviços no Parque do Ingá, preservando o caráter ambiental da unidade de conservação e garantindo a entrada gratuita.

A cerimônia de lançamento dos projetos ocorreu na Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim) e contou com a presença do secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Rafael Greca; do diretor-presidente do Instituto Água e Terra (IAT), Everton Souza; e do prefeito Silvio Barros, entre outras autoridades.

O edital do Programa Lixo Zero tem como objetivo qualificar tecnologias inovadoras para que o município avalie as melhores soluções de gestão de resíduos para uma futura contratação. A proposta é implantar o conceito de “Aterro Zero”, reduzindo a quantidade de resíduos destinada ao aterro e gerando mais economia e sustentabilidade.

“A questão do lixo coloca Maringá em posição de liderança em inovação absoluta. A ideia é ir além de tudo o que Curitiba já fez, inclusive com ecopontos, reciclagem e compostagem pública. Livrar a cidade do enterro do lixo significa liberar recursos que hoje são gastos com aterros para investir em outras ações ambientais e tecnológicas”, disse o secretário Rafael Greca.

Atualmente, o município destina cerca de 350 toneladas por dia de resíduos domiciliares ao aterro sanitário, o que representa uma média de 0,81 quilo por habitante/dia. Desse volume, uma parcela significativa apresenta potencial de reaproveitamento, recuperação ou valorização por meio de tecnologias adequadas. A destinação integral dos resíduos ao aterro sanitário contribui para a geração de passivos ambientais, para a emissão de gases de efeito estufa e representa impacto financeiro relevante associado à disposição final.

Em 2025, o custo anual do município com a destinação dos resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário foi estimado em aproximadamente R\$ 18 milhões. O valor contratual vigente para a destinação final é de R\$ 173,92 por tonelada.

“Estamos lançando um edital para que empresas que já tenham soluções tecnológicas possam apresentar propostas capazes de transformar o lixo em insumos industriais e implementar, de fato, a economia circular. Queremos eliminar, de uma vez por todas, a necessidade de enterrar lixo e servir de referência para outras cidades, com o apoio integral do Governo do Estado, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do IAT”, afirmou Silvio Barros.

Conforme previsto no edital, os interessados deverão apresentar, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), tecnologias consolidadas ou com maturidade tecnológica comprovada, compatíveis com o contexto da gestão municipal de resíduos e em conformidade com a legislação. As manifestações de interesse deverão ser apresentadas no prazo de 60 dias após a publicação do edital, em formato de relatório técnico, acompanhadas de documentos, evidências e anexos que permitam a análise técnica completa da solução proposta.

- **Cidades do Litoral registram aumento de até 47% nas transações por PIX em janeiro**
- **Paraná liderou ranking nacional de contratações via Agências do Trabalhador em 2025**

CONCESSÃO DO PARQUE INGÁ – Também foi lançada a consulta pública do edital de concessão do Parque do Ingá. A concessão abrangerá exclusivamente os serviços de limpeza, segurança, manutenção e turismo ambiental. A entrada continuará gratuita, e todas as ações relacionadas à conservação da biodiversidade permanecerão sob responsabilidade da Prefeitura.

A concessão segue uma tendência nacional adotada em grandes parques brasileiros, como o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Estadual de Vila Velha.

“O que todos nós queremos é um Parque do Ingá revitalizado, onde as pessoas possam não apenas contemplar, mas também desfrutar do espaço. A consulta pública abre caminho para uma concessão voltada às atividades turísticas, com investimentos em diversas frentes. A grande diferença é que, em Maringá, ninguém vai pagar para entrar”, destacou o prefeito.

Para o diretor-presidente do IAT, Everton Souza, o modelo adotado é positivo e sustentável. “Essa concessão é um trabalho que também queremos ampliar no Estado. Trata-se de um modelo saudável, que não prevê cobrança de ingresso, valoriza o espaço público e, ao mesmo tempo, gera emprego e renda”, afirmou.

O Parque do Ingá possui área total de 474,3 mil metros quadrados, dos quais 257.021 metros quadrados serão objeto da concessão. A consulta pública ficará aberta por 20 dias úteis, até 1º de fevereiro de 2026, período em que a população poderá acessar a documentação completa e enviar contribuições por meio de formulário on-line. Clique [AQUI](#) para acessar.

O edital estabelece investimentos obrigatórios a serem realizados pela concessionária, incluindo a reforma de sanitários e da lanchonete, revitalização do playground infantil, requalificação das trilhas e implantação de novos equipamentos voltados à educação ambiental, ao lazer e à valorização do espaço público.